

LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO



ÍNDICE

1. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM.....	3
Lei Penal ou Processual Penal	3
Conflitos de Direito Intertemporal no Curso do Processo	3
Conflito de Leis Processuais Recursais.....	4
Aplicação da Lei Processual Penal no Espaço.....	5

1. Princípio *tempus regit actum*

A lei processual penal apresenta conflitos temporais, assim como as demais normas do ordenamento jurídico. Para a solução desse conflito, o Código de Processo Penal define:

Art. 2º A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo, da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

Sendo assim, a lei processual penal deve levar em conta o momento em que for realizado o ato processual. Se um ato for realizado, por exemplo, em 13/10/2018, as leis aplicáveis a ele são as leis vigentes no dia 13/10/2018. As leis atuais não devem ser aplicadas a este processo, já que elas não existiam na época. Esse é o princípio *tempus regit actum*.

Lei Penal ou Processual Penal

Mas vamos começar definindo a Lei Processual Penal. É importante estabelecer a natureza de uma lei antes de se preocupar com as formas de resolução dos conflitos temporais, pois as leis penais e as processuais penais têm regras diferentes.

As leis processuais penais são as normas que regulamentam os processos (e seus respectivos procedimentos) dentro das discussões judiciais de matéria penal (que por sua vez, apresentam normas diretamente relacionadas ao direito de punir exclusivo do Estado). Em regra:

- Lei Processual Penal: segue o princípio *tempus regit actum*
- Lei Penal: segue o princípio geral penal de irretroatividade da lei mais gravosa e da retroatividade da lei mais benéfica

Porém, uma lei pode conter tanto dispositivos processuais penais e quanto dispositivos penais. Se uma norma formalmente processual dispõe sobre **direitos e garantias constitucionais** (ou seja, se ela fala a respeito das garantias do acusado, que são normas materiais penais), ela pode ter sua regra temporal alterada. Nesses casos, a lei processual penal pode seguir o princípio geral penal de irretroatividade.

Conflitos de Direito Intertemporal no Curso do Processo

Nesse tópico nós vamos entender o que acontece quando há alterações legislativas no decorrer de um processo. Ou seja, quando um processo começa com uma norma processual e no meio dele entra em vigor uma nova norma (ou até um novo código).

Para a resolução desse tipo de conflito, existem três sistemas diferentes: o de Unidade Processual, o de Fases Processuais e o de Isolamento dos Atos Processuais. O sistema adotado no Brasil é o de Isolamento dos Atos Processuais.

OPS....

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

VER TODOS OS PLANOS

Lei Processual Penal no Tempo e no Espaço



www.trilhante.com.br

